

## INDICAÇÕES LITERÁRIAS

### LIÇÕES DE DIREITO CRIMINAL

Por Gilson Langaro Dipp\*

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. *Lições de Direito Criminal*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

A presente obra, *Lições de Direito Criminal*, traduz uma compilação dos eruditos trabalhos do Dr. Braz Florentino Henriques de Souza, editada em 1872, após o seu prematuro falecimento aos quarenta e cinco anos de vida. A responsabilidade pelo intento foi do seu filho, B. A. Henriques de Souza, e incondicional apreciador do trabalho desempenhado pelo seu genitor. O impulso inaugural para a realização desta obra deveu-se, especialmente, à incessante procura das “Lições” do Dr. Braz Florentino, tendo em vista o esgotamento das publicações anteriores. Aliás, importante ressaltar a magnitude do estudo do Direito Criminal àquela época, distinto do Penal, realizado pelos poucos doutrinadores então existentes, levando-se em conta a recentíssima edição da primeira e única Carta Magna do Império (1824). O Livro do Dr. Braz Florentino inclui os seguintes trabalhos:

- a) *Lição sobre o art. 1º do Código Criminal* (p. 3 a 16).
- b) *Do Delicto e do Delinqüente* (1860), que se subdivide nas seguintes Lições: b. 1. Primeira Lição — *Delicto Consummado* (p. 22/41); b.2. Segunda Lição - *Da Tentativa* (p. 43/66); b.3. Terceira Lição - *Da Tentativa - Continuação* (p. 67/88); b.4. Quarta Lição — *Do Abuso de Poder e da Ameaça* (p. 89/105); b.5. Quinta Lição — *Delinqüente* (p. 107/155).
- c) *Dos Responsáveis - Nos Crimes de Liberdade de Exprimir os Pensamentos* (1866), que também se subdivide em *Lições*. Nesse trabalho, organizaram-se quatro *Lições* (p. 161/183; 185/229; 231/285; 289/315, respectivamente). Ao final, há desfecho do estudo com conclusão sintética, mas substanciosa, sobre os temas abordados.
- d) Em apartado, segue *Appendice* ao trabalho (p. 321/326), que retrata a importância do Aviso Circular de 27 de fevereiro de 1866, de autoria do Presidente da Província de Maceió, Sua Excelência José Thomaz Nabuco de Araújo.

e) *Da Reincidência* (1858) - (p. 333/374).

f) Por fim, vêm os *Summarios* dos temas tratados, onde a síntese ou, pelo menos, os pontos mais relevantes dos trabalhos realizados pelo Dr. Braz Florentino são adequadamente ementados. São exatos onze sumários (p. 375/383).

Outro importante aspecto é a preocupação e respeito dados pelo Dr. Braz Florentino ao Direito Penal comparado, mais especificamente a estes: Romano, da Inglaterra, da Baviera e da Prússia. Com relação ao Direito francês, este recebeu tratamento por demais especializado, o que denota extrema familiaridade do Autor com o ordenamento jurídico daquele país. Exemplificativamente, ele tem o cuidado de criticar o nosso Código Criminal então vigente, pelo fato de o mesmo não ter tido a primazia de distinguir crime de delito, aspecto não esquecido pelos franceses, que definiram o primeiro em decorrência de fatos puníveis com maior gravidade e o segundo, com menor. Na oportunidade, o insigne Professor salienta a dificuldade de falar sobre as contravenções justamente para evitar maiores confusões, já que o nosso Código era silente quanto às classificações pela natureza dos delitos.

Ainda sobre a relevância das “Lições” do Dr. Braz Florentino, depreende-se sua vocação para a cátedra, visto que seus trabalhos são organizados em verdadeiras **Lições**. Aliás, um pormenor de triste constatação foi a impossibilidade temporal de o mencionado Mestre ter concluído suas “Lições” **quanto aos comentários ao moderno Código Criminal do Império**. De fato, a saúde debilitada o privou de completar singular trabalho, especialmente em face da grande evolução penal, inaugurada com o mencionado Código Imperial.

No que concerne a esse momento histórico, impende ressaltar a relevância da Carta Magna de 1824, que trouxe importantes reformulações conceituais acerca do Estado, cidadania, comércio, relações contratuais, direitos humanos e, logicamente, sobre o Direito Penal, já que as antecedentes Ordenações do Reino, em especial o Código Filipino — Livro V, nos seus diversos Títulos, contemplavam posições já ultrapassadas e não-condizentes com um País recém-nascido, pelo menos do ponto de vista da independência, o qual também pretendia obter maior respeitabilidade no cenário internacional, mormente no europeu.

Somente para se ter uma idéia da evolução do Código Criminal de 1830, vale relembrar que as Ordenações do Reino, que vigoraram no Brasil desde o seu descobrimento até a proclamação da independência, traduziam valores conflitantes com a atualidade vivida, sobretudo a européia. Quanto ao tema, elucidativo o

comentário tecido por Batista Pereira, ao sintetizar o Livro V das Ordenações Filipinas: *Espeho onde se refletia, com inteira fidelidade, a dureza das codificações contemporâneas, era misto de despotismo e de beatice, uma legislação híbrida e feroz, inspirada em falsas idéias religiosas e políticas, que, invadindo as fronteiras da jurisdição divina, confundia o crime com o pecado, e absorvia o indivíduo no Estado fazendo dele um instrumento. Na previsão de conter os maus pelo terror, a lei não media a pena pela gravidade da culpa; na graduação do castigo obedecia, só, ao critério da utilidade. Assim, a pena capital era aplicada com mão larga; abundavam as penas infamantes, como o açoite, a marca de fogo, as galés, e com a mesma severidade com que se punia a heresia, a blasfêmia, a apostasia e a feitiçaria, eram castigados os que, sem licença de El-Rei e dos Prelados, benziam cães e bichos, e os que penetravam nos mosteiros para tirar freiras e pernoitar com elas. A pena de morte natural era agravada pelo modo cruel de sua inflição; certos criminosos, como os bígamos, os incestuosos, os adúlteros, os moedeiros falsos eram queimados vivos e feitos em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura pudesse haver memória. Com a volúpia pelo sangue, negação completa de senso moral, dessa lei que, na frase de Cícero, é in omnibus diffusa, naturae, congruens, constans, eram supliciados os réus de lesamajestade, crime tão grave e abominável, e os antigos sabedores tanto o estranharam, que o compararam à lepra, porque, assim como esta enfermidade enche o corpo, sem nunca mais se poder curar, assim o erro de traição condena o que a comete, e impece e infama os que da sua linha descendem, posto que não tenham culpa. A este acervo de monstruosidade outras se cumulavam: a aberrância da pena, o confisco dos bens, a transmissibilidade da infâmia do crime*.

Nesse cenário, realmente aterrorizante, logo que outorgada a Carta Política do Império, o Imperador determinou que as codificações infraconstitucionais fossem feitas, com a maior brevidade possível, justamente para montar o arquétipo jurídico do novo País, possibilitando, assim, melhor adequação entre as relações do Reino com os seus súditos e as dos súditos entre si. Inseridos nesse contexto histórico, surgiram diversos Códigos, sendo que o Comercial (1850) até hoje permanece em vigor. Todavia, reestilizado e aditado com as leis extravagantes ligadas à matéria.

Com relação ao Código Criminal do Império, sancionado somente aos 16 de dezembro de 1830, cumpre destacar que a própria Constituição Imperial determinou, em seu art. 179, § 18, a urgente organização de *um Código Criminal, fundado nas*

*sólidas bases da justiça e da equidade.* Os movimentos de índoles liberais existentes à época fomentaram a revisão de diversos conceitos pretéritos, de modo a impor a aceitabilidade de outras concepções vigentes naquele período histórico. Aliás, a própria Constituição de 1824 já havia determinado, também no seu art. 179, o princípio da igualdade de todos perante a lei, a irretroatividade da lei penal, assim como a vedação do repasse da pena do delinqüente para outra pessoa.

Indiscutível, portanto, a importância da presente obra jurídica, pois o Dr. Braz Florentino, bem como Tobias Barreto, Tomás Alves Júnior e Carlos Perdigão, dentre outros, tiveram importância crucial para o desenvolvimento do nosso atual Direito Penal, seja o constitucionalizado, seja o positivado infraconstitucionalmente.

Por fim, não se pode perder de vista que todo processo evolutivo, inclusive o ligado às relações jurídicas, traduz uma infinita congregação de ideários antigos e novos. Afinal, para existir o hoje e o amanhã, torna-se inevitável uma revisitação ao passado, pois os frutos agora colhidos, bons ou ruins, tiveram e têm nascedouro nas sementes plantadas pelos nossos antepassados, sendo certo que a obra do Dr. Braz Florentino, assim como as outras a serem reeditadas pelo convênio celebrado entre este Tribunal e o Senado Federal, certamente influenciarão as gerações futuras.

## **NOTA BIBLIOGRÁFICA**

- 1 MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Penal*. v. 1, p. 85; PIRAGIBE, Vicente. *Legislação penal*. v. II, 1932, p. 14-15.

**\*Gilson Langaro Dipp** é Ministro do Superior Tribunal de Justiça.